

POLÍTICAS CULTURAIS E SEGURANÇA PÚBLICA: ENCRUZILHADAS NAS FAVELAS CARIOCAS

Pâmella Passos¹
Talita Cairrão²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre a atual encruzilhada que se faz presente no Rio de Janeiro entre Políticas Culturais e Segurança Pública. Oriundas de uma pesquisa de doutorado que durante quatro anos acompanhou duas favelas cariocas (Acari e Santa Marta) e que atualmente se desdobra em nova investigação com foco nos impactos culturais das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), as análises desta comunicação buscam pôr a lupa sobre questões prementes do contexto carioca, pensando as favelas e suas práticas culturais numa conjuntura específica das Políticas de Segurança Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Culturais, Segurança Pública, Favela

Reflexões iniciais

O presente trabalho emerge de questões acumuladas desde a pesquisa de doutorado sobre as práticas sociais de lan houses em Acari e Santa Marta, que realizamos entre os anos de 2009 e 2013, e de atual investigação sobre os impactos culturais das Unidades de Polícia Pacificadora que tem como foco os movimentos “Ocupa Alemão” e “Ocupa Borel”, bem como o fechamento dos bailes funk nas áreas pacificadas.

O entrelaçamento entre Segurança Pública e Política Cultural é o foco da reflexão que propomos neste artigo, elencando os meandros de tal associação e ou sobreposição. Primeiramente abordaremos como a questão da Segurança Pública, que não era nosso foco e tão pouco seria discutida, se impôs em nossa pesquisa de doutorado sobre as lan houses. Num segundo momento, apresentaremos alguns dados de nossa pesquisa em curso, que discute os impactos culturais das UPP's para com, isso discutir a relação Cultura/Segurança/Controle.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- Campus Rio de Janeiro), Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenadora do Periferias em Cena e pesquisadora do Observatório da Indústria Cultural (Oicult) e do Grupo de Pesquisas em Tecnologia, Educação e Cultura (GPTEC). E-mail: pamella.passos@ifrj.edu.br.

² Bolsista de Iniciação Científica da pesquisa “*Cultura pacificada? Uma análise dos impactos culturais da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP'S)*” cadastrada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- Campus Rio de Janeiro). Email:talitacairrao@gmail.com.

Das lan houses à Segurança Pública: quando as temáticas se impõem

Iniciados em 2008, no morro Santa Marta, os “caminhos da pacificação”, política do Governo do estado do Rio de Janeiro, não extrapolaram os limites da cidade maravilhosa, tampouco garantiu a ocupação efetiva de territórios milicianos, tendo apenas a UPP Batan essa característica. A distribuição geográfica da “Polícia da Paz”, como é denominada pelo poder público, faz emergir alguns questionamentos, tais como: se as milícias também são um problema de Segurança Pública, por que as regiões milicianas não foram tidas como prioridade no mapa da pacificação?

Atualmente, com 37 unidades³ em funcionamento, a política que afirma ter como inspiração o modelo colombiano de Polícia Comunitária possibilitou, segundo pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER), a percepção mais imediata de dois impactos das UPP's: o cessar fogo e a presença policial permanente⁴. Em nossa pesquisa de doutorado, ao possuímos a lan house como objeto principal e, porque não dizer, dispositivo de análise, acrescentamos a questão econômica como um impacto imediato, ampliando assim o foco da segurança para outros aspectos.

Ainda segundo a pesquisa do ISER, a “pacificação” carioca possui o modelo de polícia comunitária como horizonte, realizando na prática uma polícia de proximidade que, segundo o discurso dos gestores entrevistados pela pesquisa, caracteriza-se pela “*presença diurna em determinada área e uma interação mais estreita com a população*”. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p.41)

Não entrando no mérito da distinção conceitual entre polícia de proximidade e polícia comunitária, o que percebemos em nosso campo de investigação no Santa Marta foi uma presença policial avassaladora que: não se limitava à presença diurna e tampouco às questões de segurança, gerando impactos nas atividades culturais, como a proibição da Roda de Funk (episódio que presenciamos em nossas idas freqüentes à comunidade para realização de trabalho de campo), e na área econômica, a partir da legalização de serviços, como fornecimento de energia e o “incentivo” à formalização dos comércios locais, questões que exemplificaremos a seguir.

Entre aplausos da opinião pública, bastante influenciada pela grande mídia, e a crítica de moradores, estudiosos e setores políticos críticos aos governos estadual e municipal, a pacificação consolidou-se nos últimos cinco anos. O confronto do mapa das UPP's com os

³Número oficial disponível em <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em 17.02.2014.

⁴A esse respeito, ver Comunicações do ISER, nº 67-Ano 31-2012.

dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro⁵, que revelam que os maiores índices de homicídio concentram-se na Baixada Fluminense e na Zona Oeste, regiões atualmente controladas predominantemente por milícias, indica que a “retomada de territórios” anunciada pelo site oficial das UPP’s não levou em consideração esses indicadores.

O que percebemos na trajetória das Unidades de Polícia Pacificadora é a conjunção do caminho trilhado pela UPP com os interesses do grande capital nacional e internacional nas áreas de investimento dos mega eventos: Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, bem como do setor turístico. Identificamos este, como um dos nós entre a questão da Segurança e da Cultura nos territórios periféricos do Rio de Janeiro.

Estamos atentos aos argumentos apresentados por alguns pesquisadores de que as UPP’s instaladas na zona norte poderiam indicar que esse mapa de pacificação está sendo ampliado, e que julga como limitada a crítica que se orienta por apresentar os mega eventos como única preocupação dos governos. No entanto, chamamos atenção para dois fatos: 1- Cientes de que não seria possível implementar a UPP em todo o estado, o que levou o Governo do estado a ignorar um dos principais analisadores da violência urbana: a taxa de homicídios, implementando a primeira UPP na Zona Sul e mantendo-se, majoritariamente, nessa região nas ocupações iniciais? 2- Não estaria o atual mapa das UPP’s buscando dialogar exatamente com as críticas, ditas limitadas, de que essa política priorizava apenas os mega eventos?

Longe de esgotar tal debate, o que acumulamos a partir de nossa pesquisa é que os impactos da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora extrapolam a questão de Segurança Pública, demandando reflexões acerca do sistema econômico no qual estamos inseridos.

Discutindo primeiramente o aspecto da Segurança Pública nas UPP’s, retomamos os estudos do ISER, em sua análise sobre o que denominou de “cessar-fogo”, no qual percebe uma importante alteração por parte do Estado, afinal, como destacam

As práticas policiais regidas pela lógica da guerra ao tráfico, do confronto, obedecem ao seguinte roteiro: a polícia faz uma incursão na favela, contando com o fator surpresa, pautada ou não por denúncias ou investigações preliminares, encontra a resistência dos traficantes, troca tiros, efetua flagrantes e se retira; nesse ínterim, é recorrente que ignore a segurança das pessoas que moram no local e que nada têm a ver com as atividades criminosas do tráfico. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p. 16)

⁵Dados disponíveis em <http://www.isp.rj.gov.br>.

Por pesquisar numa favela pacificada e em outra, não, pudemos experimentar essas duas realidades de uma mesma Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), fator que impactou diretamente em nosso campo. Por exemplo, permeadas pelo medo de estar na favela no momento de uma incursão que, como ressalta a citação, ignora a segurança das pessoas, nossas visitas noturnas a Acari foram bem mais escassas do que ao Santa Marta. A esse respeito, resgatamos de nosso diário de campo:

Chegamos por volta das 11h da manhã, foi a primeira vez que fomos ao local nesse horário (...) travamos uma conversa interessante com Freitas⁶, na qual ele denunciou práticas de violência e abuso policial na comunidade, alertando inclusive que nós deveríamos ligar para ele antes de ir lá, pois nesse mesmo dia houve uma operação policial pouco antes da nossa chegada. (Diário de Campo. Acari. 04.09.2009)

Mesmo não sendo à noite, as idas a Acari sempre levavam em conta “o fator surpresa” das incursões dos blindados da polícia, característico da Política de Segurança Pública destinada aos territórios não pacificados. Por sorte, não vivenciamos nenhuma situação como esta, porém, tal elemento, a nosso ver, é fundamental para compreender o “alívio” daqueles que vislumbram grande melhoria na implementação das UPP’s, por esta representar o “cessar-fogo”, tanto entre policiais e traficantes, como entre facções rivais.

Como exemplificamos em nossa própria realidade, pesquisar numa favela pacificada era bem mais “seguro” que correr o risco de presenciar uma incursão do Batalhão de Operações Policiais (BOPE) numa região não pacificada. Seguindo esse raciocínio, não apenas pesquisas acadêmicas, mas projetos sociais (governamentais ou não) voltaram-se para as áreas de UPP’s, criando o que a pesquisa do ISER denominou de “*Uma enxurrada de parceiros*”. (ISER, nº 67-Ano 31-2012, p.20)

Objetivamos aqui chamar especial atenção aos projetos governamentais, em nosso caso especial, aos projetos de internet gratuita, visto que nosso foco de estudos foi a lan house. Assim, quando Freitas, dono da lan house que investigamos em Acari foi perguntado sobre a existência de telecentros ou políticas do governo na área de informática em Acari, ele responde: “*Não, governo nada. Governo o que tem aqui é só polícia.*” (Entrevista com Freitas. Acari. 27.06.2009)

O impacto econômico dos efeitos da presença do Estado com a UPP significou uma alteração geográfica movida também por questões financeiras. Tal realidade pode ser observada no aumento do custo de vida relatado pelos interlocutores de nossa pesquisa,

⁶ Pseudônimo dado ao dono da lan house pesquisada em Acari.

impactando não apenas na vida pessoal dos moradores, fazendo com que vários tenham que se mudar dessa favela, mas também na economia local, alterando os empreendimentos e a vida de seus respectivos donos no Santa Marta. Realidade percebida com o fechamento da principal lan house, para criação de um escritório da empresa Coral Tintas.

Chamando atenção para esse aspecto, a recente reportagem do jornal “Brasil de Fato” destaca que a instalação das UPP’s vem garantindo um livre acesso do capital nessas comunidades. Intitulada de “*A favela agora virou a alma do negócio*”, a reportagem ressalta que

A mudança de posicionamento do mercado, apoiado pelo Estado, se dá a partir do momento em que as favelas passam a ser vistas como espaços muito lucrativos. “Daí vem a instalação das grandes cadeias de cinema, alimentação, de bancos e de financeiras”, diz Castelo. Segundo o professor, a entrada destas empresas pode gerar o aumento do emprego e renda nestas comunidades, entretanto pode, também, trazer o empobrecimento. “Vai gerar emprego e renda nas favelas. Não há como negar essa realidade, mas estes empregos e esta renda vão ser suficientes para cobrir o aumento das despesas que as pessoas que moram lá vão passar a ter?”, questiona.

(Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/11477>. Acesso em 11.01.2013.)

A entrada das “grandes cadeias” de que fala a reportagem já pode ser percebida no Santa Marta, com a abertura de uma loja da rede “Casa & Vídeo” e do próprio escritório da Coral Tintas. Também podemos destacar os eventos realizados na comunidade, como bailes e festas, principalmente na quadra da escola de Samba, e que passaram a ter como público alvo os moradores do asfalto.

Em nossa pesquisa, não realizamos um levantamento de que novos comércios foram abertos ou fechados após a implementação da UPP no Santa Marta, bem como quais foram as alterações na atividades culturais após a pacificação, tal investigação fugiria de nossos objetivos de pesquisa do doutorado. No entanto, as questões que aqui apresentamos ficaram latentes aos nossos olhos, ainda que o foco de nossa pesquisa não fosse a Segurança Pública, tal questão de forma veemente se impôs.

Nesse contexto, as experiências etnográficas e de práticas educativas nas comunidades, que vivenciamos em nosso doutorado, proporcionaram indagações que se desdobraram em novo projeto de pesquisa que tem por objetivo refletir acerca dos impactos culturais da instalação das UPP’s. Para tal detalhamos nossos objetivos e percepções iniciais.

Cultura Pacificada? Novas indagações em curso

Orientadas pela premissa de “retomada dos territórios dominados pelo tráfico” as UPP’s são caracterizadas por um processo que, via decreto oficial, é delimitado por etapas como: Intervenção tática, Estabilização, Implantação, Avaliação e Monitoramento que passam desde a ocupação militar, com a criação de um Batalhão local com comando e estrutura própria, até algumas políticas sociais específicas em cada localidade. No entanto, quais são os efeitos da militarização da vida cotidiana? Que impactos e desdobramentos no campo cultural podem ser percebidos após a pacificação?

Realização de atividades culturais com incentivos governamentais exclusivas das favelas pacificadas; proibições de baile funk; prisões arbitrárias, toque de recolher e mudança do perfil das festas e atividades culturais nessas localidades, são alguns dos motivos que instigaram nossa investigação. Assim, iniciamos nossos levantamentos em agosto de 2013 buscando refletir sobre os aspectos culturais da pacificação.

Cabe destacar que por tratar-se de uma Política Pública recente, poucos são os estudos acadêmicos que abordam tal temática, sobretudo, a partir do foco da cultura, o que ressalta a relevância e originalidade da temática. Partindo de três estudos de casos: 1- Criação de eventos culturais com incentivos governamentais exclusivos para áreas pacificadas como a Feira Literária das UPP’s (FLUPP); 2-Proibição de bailes funk; 3- Movimento “Ocupa Borel” e Movimento “Ocupa Alemão”, problematizaremos o entrelaçamento entre as questões de segurança pública e as culturais.

Compreendendo o funk como uma das principais manifestações culturais das favelas, em especial das juventudes, identificamos na proibição dos bailes um importante lócus investigativo. Assim, a escolha da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK) como interlocutora da pesquisa, baseia-se na identificação desta entidade como catalisadora das denúncias e reivindicações daqueles que vivem do funk (donos de equipe de som, Mc’s entre outros) e da população funkeira.

Assim, buscando construir um panorama geral acerca da relação das UPP’s com o funk, entrevistamos o presidente da APAFUNK, que declara *“É a aproximação do Estado sempre pelo braço da Secretaria de Segurança Pública e esse braço vamos dizer assim que ficou mais próximo com o processo da UPP.”*⁷

⁷ Entrevista com presidente da APAFUNK realizada em 02/09/2013.

Identificando a dificuldade de diálogo do Estado com os funkeiros, o presidente da associação chega a reproduzir, indignado, um pronunciamento da então capitã Priscila que na época estava comandando a UPP Santa Marta. A capitã teria afirmado que enquanto ela estivesse no comando do Santa Marta não haveria baile funk. A esse respeito o líder funkeiro desabafa:

Ela declarou isso na televisão e ninguém faz um ponto de interrogação, nem porque as pessoas se prendem a questão de linguagem, né? Aquela coisa da nossa sociedade hipócrita que aceita essa mesma linguagem pela novela, pelos filmes, mas quando é o funk falando, né? É feio, é a fala que chega. Então, independente da UPP a gente sabe que a posição do Estado é essa, né? De sempre criminalizar o movimento.⁸

Amparados pela conhecida Resolução 013 que passa o poder de autorizar a realização de atividade cultural e socioesportiva ao comando policial local, os comandantes das áreas pacificadas faziam do fechamento dos bailes funk suas ações inaugurais. Como afirmam os pesquisadores Bruno Oliveira e João Guerreiro em seu texto sobre Política Cultural e Política de Segurança no morro da Providência:

Como em diversas outras comunidades, na Providência, o baile funk era a principal atividade cultural em termos públicos. Também como em outras comunidades em que foram instaladas UPP's, estes bailes foram proibidos.(...) No morro da Providência o impacto foi imediato. Quem podia dar autorização para realização dos bailes eram (e ainda são, apesar promessa de revogação dessa norma) os comandantes das UPP's. (GUERREIRO & OLIVEIRA, 2013.p.89)

E assim, assistimos a sobreposição dos poderes e esferas de Segurança e Cultura. Mesmo tendo sido reconhecido legalmente como manifestação cultural desde 2009, o funk continua sendo criminalizado e após a instalação das UPP's tal criminalização assumiu uma faceta padronizada: pacificar = acabar com o baile funk. Com objetivo de cartografar esta perseguição ao funk iniciamos a elaboração de um mapa dos bailes que foram fechados em áreas pacificadas, porém, a dificuldade do levantamento de dados é imensa.

Optamos por diversificar a coleta de dados através de: entrevistas, reportagens e trabalho de campo, porém, os próprios integrantes da APAFUNK tem dificuldades em descrever quantos e quais foram os bailes fechados, respondendo taxativamente “fecharam tudo”. Frente a essa dificuldade, seguimos freqüentando os sarais da Apafunk, onde fazemos contato com pessoas de várias comunidades e por vezes realizamos pequenas entrevistas, bem como pesquisamos notícias sobre fechamento de bailes.

⁸ Entrevista com presidente da APAFUNK realizada em 02/09/2013.

Atualmente o mapa encontra-se em fase inicial de elaboração. Primeiramente listamos todas as 37 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas e em seguida passamos a procurar profissionais do funk que já trabalharam nessas regiões e pessoas em cada uma dessas comunidades indagando-as acerca dos bailes funk nessas regiões e se eles continuaram a existir após a pacificação. Com isto o que vem sendo consolidado é a afirmação do presidente da APAFUNK de que com a entrada das UPP's todos os bailes eram fechados.

Para além do foco na proibição dos bailes, realizamos uma vasta pesquisa em jornais acerca das notícias sobre as UPP's, principalmente por ter como objeto de análise dois movimentos de resistência em áreas pacificadas, quais sejam: Ocupa Borel e Ocupa Alemão.

Ainda que rapidamente, cabe destacar que tais movimentos apresentam como estopim o “toque de recolher” implementado nessas comunidades pelos comandos locais. A afirmação de que a polícia não se responsabilizaria por quem fosse pego andando na favela após as 21h indignou moradores e despertou a revolta em relação a diversos fatores, resultando num movimento que não apenas reivindicava o direito de ir e vir, mas bandeiras mais amplas como: saneamento básico, saúde, educação e respeito dentre outros.

“A paz sem voz” foi sendo superada, mostrando que não se trata de falta de vozes e sim de ausência de ouvido. As críticas ao modelo de pacificação vão ganhando forma e força, extrapolando a bipolaridade clichê dos que estão contra ou a favor do tráfico. A esse respeito, Mônica Francisco, uma das lideranças do Ocupa Borel, em sua coluna no Jornal do Brasil, ao fazer um balanço dos 5 anos das UPP's afirma:

Cinco anos com muitos saldos. Dentre eles, o mais positivo foi a exposição do modelo falido de policiamento que é direcionado às margens da cidade. Muito mais controle do que segurança de fato.

(...)

A regulação cotidiana da vida diária pela qual as áreas ocupadas militarmente sofrem, da festa particular às ações de instituições, tudo tem que ter a aprovação do comando local, que varia de acordo com o humor do seu comandante em chefe, sendo mais rígidos ou mais flexíveis dependendo da situação. O que nos faz suspeitar de uma experimentação de modelo ao invés de política pública de segurança de fato, com diretrizes de atuação lineares para todas as unidades⁹.

O controle da vida cotidiana, no qual a UPP chega a legislar sob festas particulares como aniversários infantis, são denunciados pela ativista do Borel que identifica os problemas decorrentes da militarização do dia a dia na favela. Outro importante aspecto que vem à tona é

⁹ Disponível em <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/12/04/upp-balanco-expoe-o-modelo-falido-do-policiamento/> ACESSO EM 07/03/2014.

o caráter experimental de uma política pública dessa amplitude, pois como percebemos cada comando local pode ser “mais ou menos rígido”.

O discurso da mídia hegemônica tratou de encastelar a pacificação, apresentando-a como única e infalível solução para os problemas de Segurança Pública carioca, como discursa o secretário de Segurança Pública Beltrame

"Ou é UPP ou é a velha lógica do fuzil na favela. Todos sabemos quais são os efeitos das UPPs no curto prazo. O morador do morro fica aliviado e o do asfalto, muito feliz com o fim dos tiros", analisou em entrevista ao jornal O Globo. Ele também considerou essencial uma projeção a respeito. "A grande questão que ainda está mal resolvida é o que o Rio quer fazer das UPPs no longo prazo. Daqui a 20 anos o que será da favela? A reconquista do território é uma janela de oportunidade para a transformação daquele espaço público", alegou¹⁰.

Vista como salvadora e redentora a pacificação foi empurrando para debaixo do tapete conflitos e limitações em cada um dos territórios nos quais chegou. A própria ideia de retomada traz consigo um cunho autoritário que marca a presença da polícia nesses locais e que em muito difere das propostas de polícia comunitária. Encurralado entre a paz vigiada e o tiroteio constante, o carioca, seja ele da favela ou do asfalto, vai reduzindo sua ótica de análise, pensando exclusivamente no mal menor, não percebendo os perigos da exacerbação do controle e da militarização.

Considerações finais

Refletindo sobre as encruzilhadas entre as Políticas Culturais e de Segurança Pública no Rio de Janeiro, buscamos levantar questões que apontem para um maior cuidado de análise da sobreposição de tais áreas. O que vimos observando nas regiões pacificadas que tivemos oportunidade de acompanhar de alguma maneira, é que os instrumentos culturais vêm se consolidando como importante espaço de resistência.

Ainda em seus estudos sobre a Providência Oliveira e Guerreiro relatam:

A posição crítica tomada por alguns participantes da Casa Amarela frente à demora de obtenção de ganhos reais em termos de serviços de infraestrutura, oportunidades de escolarização e acesso à saúde pública de qualidade fizeram com que a “aura” do espaço de cultura comunitária fosse aos poucos sendo perdida frente ao poder constituído. O caso mais emblemático vivenciado ocorreu no ano de 2013. Sem qualquer preocupação com o

¹⁰ <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/daqui-a-20-anos-o-que-sera-da-favela-diz-beltrame-sobre-5-anos-de-upp,90d6abaf18be2410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> ACESSO EM 07/03/2014

público que transita pela Casa Amarela –crianças e adolescentes em sua maioria que estão fazendo atividades ligadas à leitura— policiais armados invadiram esse que é o único espaço destinado a livro, leitura e exposição fotográfica na parte alta do Morro da Providência na captura de um suspeito desarmado. (GUERREIRO & OLIVEIRA, 2013.p.94)

O episódio ocorrido na Casa Amarela, assim como tantos outros, são provas concretas da manutenção da violência, não apenas simbólica, nos territórios pacificados, bem como apresenta a realidade das iniciativas culturais que, por terem enraizamento local, atuam de maneira crítica frente à pacificação, cobrando melhorias para além das fachadas que visam apenas o público externo.

Como destacamos, apresentamos algumas reflexões de nossa pesquisa que encontra-se em fase inicial, nosso intuito é levantar o debate a não naturalizar que a cultura possa ser tratada como uma questão de segurança.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ANDRADE, Vanessa Menezes de. *O Apaziguamento do povo para a pacificação*. Monografia de especialização em Psicologia jurídica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

FACINA, Adriana. *O que é Cultura*. Disponível em www.culturanauff.blogspot.com. Acesso em 28.01.2012.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2010.

MARTÌN-BARBERO. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza & GUERREIRO, João. *Entre a Política Cultural e a Política de Segurança Pública- um relato sobre ações culturais no morro da Providência em*

tempos de paz midiática. In: PASSOS, Pâmella; DANTAS, Aline & MELLO, Marisa S. Política Cultural com as Periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea. Rio de Janeiro: IFRJ, 2013.

PASSOS, Pâmella S. *Lan house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

RODRIGUES, André & SIQUEIRA, Raíza. *As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro.* In: *Comunicações do ISER*, nº 67, ano 31-2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2006.

WACQUANT, LOÏC. *Os condenados da cidade: estudo sobre a marginalidade avançada.* Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura de uma área urbana pobre e degradada.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.